



Resumo de Notícias

14/01/2015 - Instituto Telecom

Base de telefones móveis no Brasil tem 6ª queda seguida em novembro

O Brasil fechou novembro com 269,59 milhões de acessos móveis, queda de 1,53% ante outubro, no sexto mês seguido de queda da base, segunda a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Os acessos pré-pagos somaram 196,61 milhões (72,9% do total) e os pós-pagos, 72,98 milhões (27,07%).

A Vivo, da Telefônica Brasil, manteve a liderança com 29,5% do mercado em novembro, frente a 29% em outubro. A base de linhas subiu a 79,491 milhões

de acessos.

Em segundo lugar ficou a TIM Participações, com 25,7% , ante 26,26% no mês anterior, para 69,293 milhões de acessos.

A Claro, do grupo América Móvil, ficou em terceiro, com 25%, ante 25,2% em outubro, com 67,375 milhões de acessos. Em quarto ficou a Oi, com 18,25% e 49,202 milhões de linhas. A fatia da Nextel foi de 0,9 para 0,93%, a 2,5 milhões de acessos.

14/01/2015 - Instituto Telecom

Telebras reduz preço do satélite em R\$ 57 milhões com isenções do REPNBL

A Telebras conseguiu reduzir em quase R\$ 57 milhões o preço do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas brasileiro (SGDC), em função das isenções obtidas pela estatal para construção especialmente de estações terrenas, por meio do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL). Construído pela Thales Alenia Space (TAS), empresa franco-italiana, e supervisionado pela Visiona Tecnologia Espacial, parceria entre a Embraer e Telebras, o equipamento está orçado em R\$ 1,7 bilhão e previsto para ser lançado entre setembro

de 2016 e fevereiro de 2017.

A redução foi oficializada em termo aditivo do contrato assinado entre a Telebras e a Visiona, cujo extrato foi publicado nesta quarta-feira, 13, no Diário Oficial da União. A estatal foi a primeira empresa a ter projeto de rede aprovado no REPNBL, em 2013. As isenções fiscais do programa valem até o final deste ano.

Em outro extrato, a Telebras autoriza a Visiona a contratação de seguro para o satélite geoestacionário. O valor previsto no contrato é de US\$ 22,7 milhões.



Resumo de Notícias

13/01/2016 - Instituto Telecom

Conselho Consultivo ganha quatro novos integrantes, mas perde igual número em fevereiro

A presidente Dilma Rousseff designou quatro novos integrantes ao Conselho Consultivo da Anatel, que vem funcionando com o quorum mínimo de seis dos 12 integrantes e não se reúne desde meados do ano passado. As nomeações, publicadas no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 13, praticamente servirão para recompor o número atual de integrantes do colegiado, já que em fevereiro, quatro conselheiros completam o mandato.

Foram designados Flávia Lefèvre, da Proteste, na vaga de representante das entidades representativas dos usuários; Márcio Patusco, do Clube de Engenharia, na vaga de representante das entidades representativas da sociedade; Carlos Duprat, na vaga de representante das entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações; e Igo Salaru, na vaga deixada por representante das entidades representativas dos usuários de serviços de telecomunicações. A posse dos novos conselheiros ainda será marcada.

A expectativa do colegiado é da aprovação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), pelo

Conselho Diretor, ainda este mês para evitar que seja apreciado com o número mínimo de conselheiros. No dia 16 de fevereiro, quatro atuais integrantes deixam o conselho, como o atual presidente, Artur Coimbra (representante do Executivo), Marcus Martins (Senado), Fábio André Vergani (entidades da sociedade) e Roberto Antonik (entidades de classe de prestadoras de serviços de telecomunicações).

Um quinto conselheiro também representante do Executivo, Alan Emanuel Trajano, ainda é dúvida. Isto porque ele deixou o cargo de consultor jurídico do Ministério das Comunicações e ainda não há uma indicação de seu interesse em continuar no colegiado. Para Coimbra, não há impedimento legal para que ele complete o seu mandato, que vai até fevereiro de 2018.

Coimbra também não vê problema no retorno da advogada da Proteste, Flávia Lefèvre. Ele entende que o retorno é para um novo mandato e não uma recondução, que é impedida pelo regimento do colegiado.

13/01/2016 - CUT

Em Brasília, manifestação em defesa da Caixa Federal 100% pública

Rádio CUT: presidente da CONTRAF-CUT alerta para os riscos de privatização

No aniversário de 155 anos da Caixa Econômica Federal, a CONTRAF-CUT, a FENAE e trabalhadores realizaram uma manifestação em defesa da instituição, em sua sede (Brasília/DF). Roberto Von Der Osten, presidente da CONTRAF falou ao Jornal da CUT sobre

os riscos de desmonte, sofridos pela Caixa.

Confira também: pacote de maldades estará na agenda do Congresso. Saiba quais são os projetos que representam retrocesso para a sociedade, em especial, para a classe trabalhadora.



Resumo de Notícias

13/01/2016 - Carta Maior

Margem de lucro, taxa de lucro e 'crise política'

Mesmo que a margem de lucro esteja aumentando, a classe empresarial, ao sentir que sua taxa de lucro futura está ameaçada, boicota a ordem econômica.

Há estudos que mostram que a taxa de lucro das montadoras instaladas no país é três vezes maior que nos EUA: aqui é 10% e lá 3%. E isso seguramente afeta o lucro global dessas multinacionais. Há indícios de que ela aqui esteja entre as maiores do mundo.

De fato, é de senso comum que a opção investimento produtivo vs. aplicação financeira é condicionada pela comparação da taxa de lucro com a taxa de juros. E dado que existem empresários que investem na produção, apesar de há muitos anos termos aqui uma das maiores taxas de juros, é provável que a taxa de lucro que auferem seja também uma das maiores.

Essa constatação, embora seja essencial para caracterizar a falsidade do argumento que embasa a oposição das elites frente às políticas públicas implementadas na última década, não será aqui explorada.

Vou me ater a algo mais conjuntural. Vou tratar da "crise política" que as elites vêm "fabricando" no último ano e pouco ao perceberem que essas políticas serão mantidas gerando uma situação que as ameaça.

Início a abordagem, cujo caráter reducionista e "economicista" é evidente, simplificando dois conceitos da Economia Convencional.

Margem de lucro (ou mais simplesmente, lucro): quantidade de dinheiro que "sobra" para o empresário depois de vender seu produto (ou serviço) e pagar o custo daquilo que necessita para produzir (matéria prima, energia, máquinas que se desgastam, e força de trabalho).

A participação da força de trabalho no custo total - o salário -, embora varie entre os setores econômicos, é muito significativa quando avaliado para o conjunto da economia. Todos os outros insumos que o empresário necessita incorporam o trabalho humano (e o seu custo) na sua cadeia produtiva. E o que é dito sobre o impacto do aumento no preço dos combustí-

veis no custo de praticamente todas as mercadorias, é ainda mais notório no caso do salário.

A margem de lucro, que é tanto maior quanto mais o empresário puder produzir e vender, é um elemento central para tomar decisões sobre seu comportamento futuro.

Se sua expectativa individual acerca de sua margem de lucro é alta, o que ocorre quando sua demanda vem crescendo, ele prefere investir para ampliar sua capacidade produtiva a aplicar no mercado financeiro.

Mas, como se sabe, essa decisão não depende só disso. Para explicá-la preciso do segundo conceito considerado no cálculo empresarial: a taxa de lucro.

Diferentemente da margem, que é uma quantidade de dinheiro, a taxa de lucro é uma porcentagem. É um quociente entre duas quantidades de dinheiro: a margem de lucro e a quantidade que o empresário precisou gastar para produzir e vender.

Não por acaso, ela é muito semelhante à taxa de juros, que é também um quociente; entre o juro e a quantidade de dinheiro que ele aplica.

Quando o custo dos insumos para produzir aumenta, o denominador do quociente aumenta: a taxa de lucro cai. E se a expectativa do empresário sobre sua margem de lucro futura não é boa, se ele prevê que ela não vá acompanhar o aumento de custo, se considera que sua taxa de lucro pode diminuir, ele vai preferir a aplicação financeira ao investimento produtivo.

Agora estamos prontos para "modelizar" a partir desses conceitos, a "crise política" fabricada pela elite empresarial.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Margem-de-lucro-taxa-de-lucro-e-crise-politica-/7/35318>



Resumo de Notícias

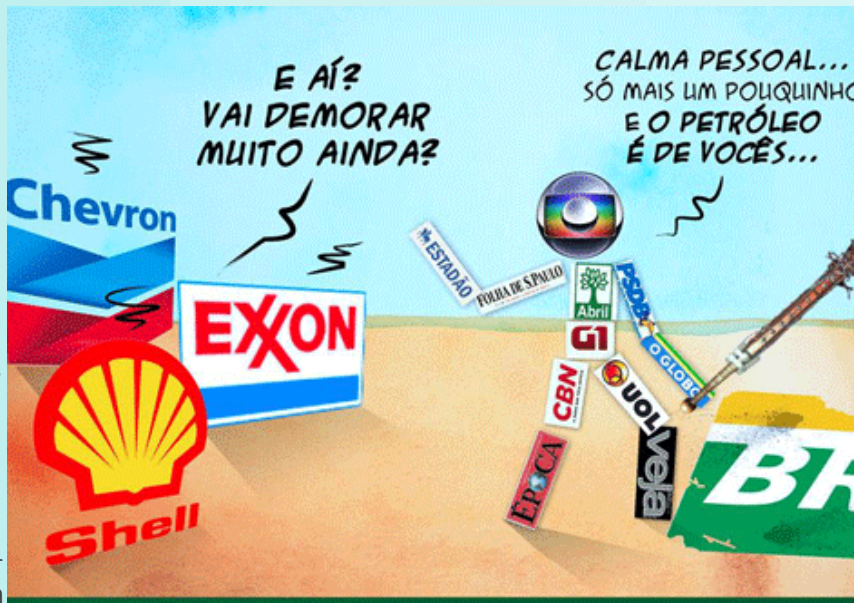
Para “salvar” a Petrobras, mídia propõe destruir a Petrobras

Se não bastasse a saraivada de pontapés no governo e tiros para os lados contra Lula e Dilma, a mídia tirou o dia para distribuir receitas sobre como “salvar” a Petrobras das mãos do “petê”.

De novo, cabe a comparação com aquela célebre explicação dada por um oficial norte-americano, durante a Guerra do Vietnã, após pulverizar uma aldeia acusada de abrigar guerrilheiros comunistas: “Para salvar a aldeia, tivemos de destruí-la.” A direita está se lixando para a Petrobras, na verdade. O que ela quer mesmo e pôr suas mãos ossudas no pote de ouro dos brasileiros, o nosso pré-sal.

O festival de asneiras, de números desconexos e cálculos que não fecham tem uma única finalidade: manter o assunto na superfície escondendo a sua profundidade. “Hoje, o nível de consciência que o Brasil tem sobre o petróleo que sai do pré-sal é muito baixo, até por conta da desinformação sistemática e do pessimismo militante que viceja e, a gente sabe, é característico da forma como se transmitem as informações na imprensa brasileira”, disse a presidenta Dilma Rousseff durante um ato em apoio à sua reeleição que reuniu intelectuais e artistas em um teatro do Rio de Janeiro.

Até o cidadão mais manipulado pela mídia sabe que essa toada tem o propósito único de acabar com o modelo de partilha, aprovado durante o governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, pelo qual o país fica com a maior parte dos lucros obtidos e a Petrobras é parte obrigatória na exploração de todos os campos. Isso foi dito abertamente na campanha



eleitoral de 2014 pelas candidaturas de Aécio Neves e Marina Silva. A ideia é retomar o modelo de concessões, vigente durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Bacias sedimentares

A mudança “seria um grave erro para o interesse dos brasileiros”, rebate Haroldo

Lima, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) na época da descoberta das jazidas do pré-sal, durante o governo Lula. Segundo ele, a alteração “contraria os interesses nacionais”, uma vez que procuraria “satisfazer os interesses das multinacionais” na exploração de grandes áreas de petróleo. “Temos que levar em conta os interesses nacionais, e para não perdê-los de vista temos que olhar os hábitos que existem no setor do petróleo. Esse é o costume normal no mundo. Essa divisão não é inovação do Brasil”, disse ele ao Portal Brasil 247.

Haroldo Lima informa que o Brasil tem uma enormidade de bacias sedimentares, em terra e mar, e apenas de 4 a 5% estão em processo de exploração e produção. “O próprio conhecimento geológico delas, pelos métodos sísmicos modernos, é muito limitado, não chega a 10%”, detalha.

Com razão, muita gente não quer se desfazer desse pote de ouro. E o Brasil, a muito custo, conseguiu fugir da armadilha criada pela máquina neoliberal montada durante o reinado de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275039-2>



Resumo de Notícias

13/01/2016 - Altamiro Borges

Aécio quer calar o jornal 'Brasil de Fato'

A Folha desta quarta-feira (13) informa – talvez excitada e saudosista dos anos da ditadura militar – que “o senador Aécio Neves, presidente do PSDB, iniciou uma ação na Justiça de São Paulo contra o grupo que edita o site e o semanário ‘Brasil de Fato’, criado em 2003 com o apoio e organização do MST. Os advogados do tucano pedem a reparação por danos morais – a ser definida pelo juiz – com base na acusação de que o jornal ‘manipulou deliberadamente’ informações para associar o tucano a ‘atos criminosos’. A ação foi aberta em outubro do ano passado e questiona reportagem publicada na capa da edição mineira do semanário, em julho de 2015. A manchete do texto diz que ‘Aécio é investigado por desvio de R\$ 14 bilhões’”.

A Folha tucana, que adora se fantasiar de defensora da liberdade de expressão, não faz nenhuma crítica ao censor do PSDB. Isto apesar de saber que a citada reportagem teve como base ação civil movida pelo próprio Ministério Público Federal de Minas Gerais. Segundo o órgão, os governos de Aécio Neves (2003-2010) e Antonio Anastasia (2010-2014) fraudaram a contabilidade do Estado, desviando R\$ 14 bilhões de recursos que seriam destinados à saúde. Na ocasião, o MPF alegou que “o governo estadual, por 10 anos, entre 2003 e 2012, descumpriu sistematicamente pre-



ceitos legais e constitucionais, ‘em total e absurda indiferença ao Estado de Direito’, efetuando manobras contábeis para aparentar o cumprimento da Emenda Constitucional 29” – sobre as verbas do SUS.

O jornal “Brasil de Fato” simplesmente repercutiu a denúncia do Ministério Público Federal – o que não foi feito pela mídia chapa-branca de Minas Gerais e nem pela própria Folha ou outros veículos tucanos. Por isto, o combativo veículo, vinculado às

lutas populares, é mais uma vítima da conduta autoritária do censor Aécio Neves. Durante o triste reinado dos tucanos em Minas Gerais, várias foram as ações para calar os jornalistas críticos e para cooptar a mídia venal. A irmã do cambaleante senador, Andrea Neves, ficou famosa por telefonar para as redações tentando censurar matérias ou seduzir os proprietários. Ela também ficou conhecida por repassar verbas de publicidade oficial para as rádios da milionária família Neves.

A tentativa de censura de Aécio Neves – similar às recentes ações do presidente Mauricio Macri contra a liberdade de expressão na Argentina – exige a imediata reação das forças democráticas do país. É urgente denunciar a truculência do grão-tucano e prestar total solidariedade aos combativos construtores do jornal “Brasil de Fato” – um instrumento da luta dos trabalhadores brasileiros.